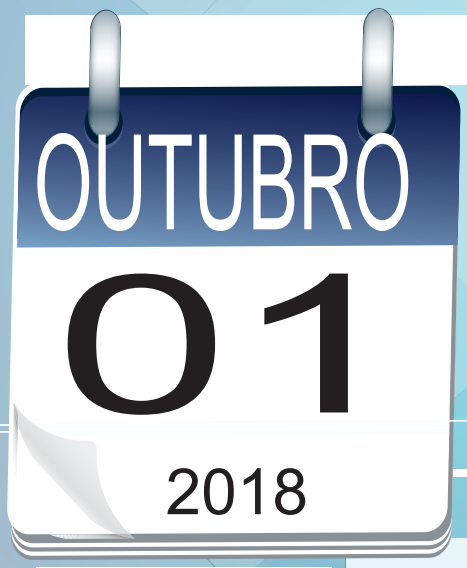
CLIPPING

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS



LOREM IPSUM
DOLOR SIT AMET

ASSESSORIA DE IMPRENSA
imprensa@tce.go.gov.br
www.tce.go.gov.br
3229.3101

O POPULAR 01/10

Descontrole da OS do Hugo

SUSPEITAS Indícios de falta de transparência e mau uso do dinheiro público por parte da organização social vêm sendo relatados em inspeções da CGE e ações do MP-GO há anos

Galtiery Rodrigues
galtiery.rodrigues@opopular.com.br

Diomício Gomes



Fachada do Hugo: Ministério Público Estadual recomendou que Estado reassuma gestão da unidade de saúde

> *"A Secretaria de Saúde não adotou providências efetivas para corrigir as irregularidades. Os contratos continuam em vigência"*
>
> **Fabiana Zamalloa, promotora**

"O cenário é de imensa fragilidade nos controles do contrato de gestão." Quem afirma isto é a Controladoria Geral do Estado de Goiás (CGE-GO) em um dos relatórios de inspeção das contas da organização social (Gerir) que administra, desde 2012, o Hospital de Urgências de Goiânia (Hugo). Nas últimas semanas, a crise de abastecimento da unidade, que motivou o termo de interdição expedido pela Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Goiás (SRTE-GO), trouxe à tona a dívida milionária do Estado com a OS e também uma série de evidências da má gestão dos recursos públicos. O Ministério Público Estadual de Goiás (MP-GO) chegou a recomendar que o Estado retome a administração do hospital.

O Instituto Gerir administra, em Goiás, além do Hugo, o Hospital de Urgências de Trindade (Hutrin), cuja retomada de gestão também foi recomendada ao Estado pelo MP-GO. Nos dois hospitais, relatórios de análise da CGE-GO citam suspeitas de impropriedades, falta de transparência e critérios na maneira como os recursos repassados pela Secretaria Estadual de Saúde (SES-GO) foram utilizados. A recomendação feita pela promotora de Justiça, Fabiana Zamalloa, na semana passada chega a dizer que as ações adotadas pela organização social dificultam o controle, checagem e fiscalização do órgão controlador, que no caso é a SES-GO.

Entre as questões pontuadas por ela, estão a evidência de contratações concomitantes de empresas diferentes para executar um tipo similar de serviço na mesma unidade hospitalar, a ausência de especificações nos contratos estabelecidos entre a OS e os prestadores de serviço, como do objeto contratado e da quantidade fornecida ou realizada, o que viabilizaria um real monitoramento, assim como a falta de informações que especifiquem os preços por tipo de serviço. O que verifica-se, em alguns casos, é a fixação apenas de um valor global, sem estipular exatamente quantidades e tipos de tarefas, o que sugere descontrole na maneira como o dinheiro público é empregado.

Um dos casos citados pela promotora é a suposta existência de contratos sobrepostos, em que as empresas Lemos e Campos Administração Ltda., Dias Eslar Sociedade Individual de Advocacia e Arquivo Off Prestacional Ltda. foram contratadas para a execução de serviços similares de gestão documental em períodos coincidentes. "E por meio de instrumentos contratuais com objeto vago, cujos serviços também foram pagos sem medição, assim como ocorre com a maioria dos contratos de assessoria em gestão", explana o texto da recomendação. Fabiana cita ainda outras 22 empresas prestadoras de serviço da OS do Hugo e que estariam atuando em atividades semelhantes.

Solicitado pelo POPULAR, o Instituto Gerir respondeu, via assessoria de comunicação, que nunca contratou empresas diferentes para prestar o mesmo serviço. A Lemos e Campos Administração Ltda., conforme a nota, faz a gestão documental do Hugo para evitar problemas desde a qualificação até a prestação de contas. "Ela atualiza, coleta e analisa documentos", informa a OS. Já a Arquivo OFF forneceria uma espécie de suporte ao trabalho da Lemos e Campos, pois visa a guarda de documentos, incluindo prontuários de pacientes e colaboradores. E a Dias Eslar, cujo contrato já foi rescindido, oferecia serviços na área de *compliance*.

MANIFESTAÇÃO

A CGE-GO, em manifestações direcionadas à SES-GO, resultantes das inspeções feitas, já explicitou suspeitas de ocultação de informações ou mesmo da ausência de medição real do serviço prestado, o que serve para fundamentar o valor a ser pago. Em um dos relatórios, a Controladoria chega a explicitar: "Um conjunto de situações que reclama esclarecimentos é a prestação de serviços de consultoria e de apoio administrativo". Tendo a recomendação em mãos, o próximo passo seria a tomada de iniciativa da secretaria, o que chegou a ser destacado na recomendação de Fabiana Zamalloa como sendo algo que não acontece efetivamente, já que os contratos com a OS continuam em vigência.

O contrato de gestão do Hugo com o Instituto Gerir já está no oitavo termo aditivo, conforme informações do *Portal da Transparência*. Ele foi assinado em maio deste ano, valendo até 2019 e com valor estimado de R$ 269,8 milhões. O do Hutrin está no segundo termo aditivo, assinado em abril deste ano, com valor estimado de R$ 27,5 milhões e também com período de vigência de um ano. Hoje, a dívida do Estado com a OS, de repasses que deveriam ter sido feitos e ainda não ocorreram, referentes a gastos mensais informados à SES-GO, é de R$ 23,9 milhões, no caso do Hugo, e R$ 2,1 milhões no caso do Hutrin. Ou seja, um total de R$ 26 milhões.

A Secretaria informou, via nota, que os primeiros indícios de irregularidades foram apontados pela equipe de fiscalização da SES-GO e que serviram de subsídio para as inspeções da CGE-GO e MP-GO. Todas as medidas legais já teriam sido tomadas e estão em execução, porém, diferente dos órgãos de controle que fazem o levantamento de indício, "a Secretaria deve realizar a apuração de todos os fatos seguindo os ritos administrativos", diz a nota.

O POPULAR 01/10

MP aponta falta de transparência

Um dos pontos destacados na recomendação feita pelo Ministério Público Estadual de Goiás (MP-GO) para que o Estado retome a administração dos hospitais de urgências de Goiânia (Hugo) e Trindade (Hutrin) é a falta de transparência por parte da organização social responsável pela gestão das duas unidades (Instituto Gerir). A atualização dos dados e disponibilidade deles para consulta pública é exigida contratualmente, todavia, na prática, nem sempre é possível verificar o cumprimento adequado. No caso da Gerir, a promotora Fabiana Zamalloa cita que bastou uma consulta no site para verificar a situação.

Zamalloa relata a existência, inclusive, de um contrato celebrado pela Gerir com uma empresa para executar o serviço. A W. Faria Advogados Associados, conforme a promotoria, se responsabilizaria, dentre outras coisas, pela gestão e atualização das informações correspondentes ao Hugo e Hutrin no site da OS. "Tais atividades não foram executadas a contento, haja vista que a Controladoria Geral do Estado (CGE) por diversas vezes constatou a ausência de informações no site da Transparência da Gerir", afirma a promotora no texto da recomendação enviada ao secretário estadual de Saúde, Leonardo Vilela.

Ao POPULAR, a OS disse repudiar qualquer acusação de falta de transparência. A empresa W. Faria, conforme as respostas enviadas à reportagem, não teria sido contratada para atualizar informações no Portal da Transparência da organização social, mas para a prestação de serviços de avaliação e implementação de um programa de auditoria e *compliance* de todos os contratos, com o objetivo de auxiliar a OS na decisão mais acertada ao fechar uma contratação. A promotora cita que, conforme os relatórios de execução contratual apresentados pela Gerir na promotoria, deduz-se a função de atualizar o site.

Em breve checagem, a reportagem verificou que, de fato, faltam algumas informações atuais, diferente do *Portal da Transparência* do Estado, referente às OSs, cujos dados são mais completos e atualizados. Para se ter ideia, dos balancetes mensais tanto do Hugo quanto do Hutrin, neste ano, só constam no site da Gerir os de janeiro e fevereiro. Nos dois casos, na parte de contratos, não estão disponíveis os últimos termos aditivos assinados este ano, com validade de 12 meses. Na aba referente ao Hugo, só consta até o sétimo termo aditivo (já existe o oitavo) e, no Hutrin, só até o primeiro e já existe o segundo.

A Gerir, no entanto, alega que atende todas as exigências legais de transparência e que as informações detalhadas estão disponíveis tanto nos portais do Estado e da OS. E diz, ainda, que todos os dados solicitados pelo MP foram disponibilizados pela entidade. O Ministério Público deu um prazo de 10 dias para que a Secretaria Estadual de Saúde (SES-GO) informe por escrito todas as medidas que serão tomadas mediante a recomendação de retomada da gestão do Hugo e Hutrin. Questionada, a Secretaria disse que vai apresentar todos os esclarecimentos e ações que serão tomadas dentro do prazo estipulado.

O POPULAR 01/10

Presidente de OS é alvo de três ações por improbidade

Um dos processos já resultou em bloqueio de bens

Zahir Mahamad



Hutrin teve segundo aditivo firmado com OS no valor de R$ 27,5 milhões

O presidente da organização social Gerir, responsável pela gestão dos hospitais de urgência de Goiânia (Hugo) e Trindade (Hutrin) é alvo de três ações civis por ato de improbidade administrativa, motivadas por apurações do Ministério Público Estadual de Goiás (MP-GO) e que tramitam na Justiça goiana. Em uma delas, proposta pela promotora Fabiana Zamalloa, já ocorreu, inclusive, o bloqueio de bens da OS e dele, Eduardo Reche de Souza, no valor de R$ 338,3 mil. Numa segunda ação, também é exigido o ressarcimento de R$ 128 mil, mas ainda não houve a apreciação da disponibilidade de bens.

A terceira ação foi instigada pelo promotor Fernando Krebs, também por suspeita de má gestão da Gerir, na qual é exigida recuperação do valor de R$ 1,6 milhão. Ao POPULAR, a assessoria da OS e Eduardo Reche, informou que ele está prestando todos os esclarecimentos necessários e está certo de que terá a inocência atestada. As ações são referentes a questões envolvendo dois colaboradores contratados pela Gerir e uma divulgação realizada em um veículo de comunicação. As três situações teriam sido pagas com o dinheiro repassado pelo Estado, mas não configuram necessariamente como atividades que devem ser custeadas pelo dinheiro público, pelo contrário. Foram geradas ou configuram como algo do interesse da OS.

As questões trabalhistas, inclusive, são citadas por Zamalloa na recomendação feita ao Estado para retomar a gestão do Hugo e do Hutrin. Elas já chegaram a ser destacadas também em relatórios de inspeção da Controladoria Geral do Estado de Goiás (CGE-GO). Existe a suspeita de que valores pagos em processos trabalhistas, originados de relações estabelecidas entre a OS e seus colaboradores ou prestadores de serviço, tenham sido pagos pelo Estado, o que geraria uma duplicidade de pagamento com dinheiro público, já que no repasse feito pela SES-GO consta a parte reservada ao gasto com pessoal.

Para Zamalloa, essa ação seria algo antieconômico e imoral. Ao POPULAR, a OS disse que não ocorreu a duplicidade de pagamento e que a Gerir reteve os recursos das faturas dos prestadores para o custeio das ações trabalhistas, ou seja, não teria gerado danos ao erário. A falta de repasses em dia por parte do Estado gerou uma série de ameaças de greve das terceirizadas (maqueiros, lavanderia e recepção), semana passada.

O POPULAR 01/10

Diversificação da economia é desafio para Norte e Nordeste

GOVERNO DE GOIÁS Entre as regiões mais carentes do Estado, precisam de soluções urgentes para incrementar a atração de investimentos, agregar valor à produção e fomentar o turismo

Lucia Monteiro
lucia.monteiro@opopular.com.br

As regiões Norte e Nordeste de Goiás sempre estiveram entre as mais carentes do Estado. Com suas economias mais baseadas na agropecuária, mineração e turismo, os 45 municípios que formam dessas regiões carecem de muitos investimentos do poder público e da iniciativa privada para impulsionarem suas economias e gerarem mais empregos e renda. Assim, elas se integrarão mais à economia goiana.

DESAFIO REGIONAL
Norte e Nordeste

ELEIÇÕES 2018
O Popular

A série Diagnósticos apresenta, de hoje até o próximo sábado, os principais gargalos das 10 regiões goianas, para que os três candidatos melhor colocados nas pesquisas de intenção de voto ao governo do Estado apresentem suas propostas. Com o segundo menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Estado, de 0,647, o Nordeste goiano registrou o menor PIB em 2015, de R$ 2,3 bilhões, e o menor PIB per capita, de R$ 12,9 mil anuais. Já a Região Norte, com o terceiro menor IDH (0,675) de Goiás, tem um PIB de R$ 7,8 bilhões, graças à riqueza gerada pela agropecuária e a mineração.

Para o professor mestre em Desenvolvimento Territorial, Márcio Dourado, pró-reitor de Desenvolvimento Institucional da Universidade Estadual de Goiás (UEG), essas regiões precisam se integrar economicamente ao restante do Estado como potencial de desenvolvimento. Para isso, precisam deixar de produzir apenas a pecuária extensiva e investir numa produção mais intensiva, com mecanização e tecnologia. O mesmo ocorre com a produção mineral. "O minério ainda é exportado bruto, sem nenhum beneficiamento, com baixíssimo valor agregado."

Para Márcio, a agregação de valor é o melhor caminho para incrementar a geração de riquezas, que hoje não ficam na região, e superar o grande gargalo da pobreza. Ele acredita que é preciso oferecer mais incentivos às empresas que se instalarem e gerarem riquezas nas regiões mais carentes. "A instalação de mais universidades nestes municípios, que formem mão de obra específica para atender a vocação econômica regional é outra medida", alerta. Com incentivos, infraestrutura industrial e mão de obra qualificada, será mais fácil atrair investimentos para essas regiões, equalizando mais o desenvolvimento regional no Estado.

Para Márcio, outro problema de vários destes municípios é a forte dependência em relação a um determinado setor da economia. Um bom exemplo disso é o município de Minaçu, que ficou muito dependente do amianto e, hoje, sofre os impactos econômicos da pressão pelo banimento da fibra. Para o professor, são regiões que também podem receber mais projetos de fomento e divulgação de atividades turísticas, como Serra da Mesa e Alto Paraíso.

Para o presidente da Associação Comercial e Industrial de Porangatu, Márcio Luiz, a região tem muitos gargalos, principalmente na área de logística, como a necessidade urgente de duplicação da BR-153, pelo menos nos perímetros urbanos. Enquanto isso não ocorrer, os empresários não terão segurança para fazer investimentos próximos à rodovia, sob o risco de futuras desapropriações.

Ele também acredita que a região pode receber investimentos de empresas do setor de distribuição de produtos, devido a sua localização estratégica. "Podemos nos tornar um grande polo distribuidor", acredita. Para Márcio, a região também precisa de mais investimentos no turismo, com a criação de um calendário regional de eventos. Outros gargalos são a falta de uma universidade pública federal, o fato do Hospital Regional de Uruaçu não estar funcionando de fato e a necessidade de conclusão de obras de saneamento.

> *"Se a Ferrovia Norte-Sul já estivesse funcionando, o Norte goiano já teria crescido, pelo menos, 20% mais"*
>
> **Cristiano Ribeiro, presidente da Aciau**

> *"Com incentivos, mais infraestrutura industrial e mão de obra qualificada, será mais fácil atrair investimentos"*
>
> **Márcio Dourado, pró-reitor de Desenvolvimento Institucional da UEG**

A falta de investimento em pavimentação de vias foi apontada pelo presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) de Minaçu, Júlio Mariano, como um problema, pois inibe a atração de investimentos. Segundo ele, também não foram criadas alternativas econômicas para empregabilidade na região, o que fez com que municípios como Minaçu e Niquelândia ficassem dependentes da mineração e sofressem com a queda na produção de minérios.

Na visão do presidente da Associação Comercial e Industrial de Uruaçu (Aciau), Cristiano Ribeiro de Souza, os maiores gargalos da região são a falta de mão de obra qualificada e os problemas com infraestrutura e logística. Segundo ele, se a BR-153 fosse duplicada, haveria um grande desenvolvimento do turismo local. "Muita gente desiste de vir para cá por medo da estrada", diz. Os problemas da rodovia também encarecem o frete e os preços dos produtos. Para Cristiano, a região carece de mais escolas técnicas e instituições de ensino superior, que formem mão de obra de acordo com as demandas de sua economia, como engenheiros agrônomos. A região também não conta com um aeroporto para aeronaves de médio e grande porte. "Se a Ferrovia Norte-Sul já estivesse funcionando, o Norte Goiano já teria crescido 20% mais."